

# TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

## OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PAe N. 0000270-91.2023.4.01.8006

### OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços comuns de engenharia visando o fornecimento de 03 (três) elevadores, incluindo os serviços e os insumos necessários para a remoção completa dos equipamentos da marca Atlas Villares atualmente instalados no Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia e a instalação dos elevadores, conforme as especificações e exigências prescritas no edital e seus anexos.

# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, sob a seguinte justificativa:

Segundo o IBRAOP (Instituto Brasileiro de Obras Públicas), serviço de engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir.

Os serviços técnicos para a substituição de elevadores são privativos das profissões de engenheiros, arquitetos ou de técnicos especializados, o que está de acordo com o inciso XXI, art. 6º da Lei 14.133/2021.

A Decisão Normativa nº 36/1991, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, dispõe sobre a competência em atividades relativas a elevadores e escadas rolantes, onde define o seguinte:

*"1.1 - As atividades de projeto, fabricação, instalação ou montagem, manutenção (prestação de serviços com ou sem fornecimento de material e sem alteração do projeto) e laudos técnicos de equipamentos eletromecânicos do tipo "elevador", "escada rolante" ou similares, somente serão executados, sob a responsabilidade técnica de profissional autônomo ou empresa habilitados e registrados no CREA".*

Portanto, o objeto da presente licitação é serviço de engenharia.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é **COMUM**, sob a seguinte justificativa:

Os serviços são enquadrados como “comuns”, nos termos do parágrafo único da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, uma vez que são passíveis de delimitação no mercado quanto aos padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

No caso do presente o objeto, a contratação envolve a instalação de novo sistema de elevadores, não alterando as características de volume ou área de partes do Edifício Sede da SJGO. Instalação é definida pelo IBRAOP como atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas. Logo, trata-se de serviço comum de engenharia, pois as técnicas de instalação utilizadas na prestação do serviço são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo de engenharia.

Além disso, conforme o disposto no art. 6º, XXI, “a”, da Lei n. 14.133/ 2021, serviço comum de engenharia é todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizável em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

### **Empreitada por Preço Global**

Esse regime será adotado em função de um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto e a execução dele se dará por preço certo e total.

O regime proposto se dá pela existência de documentos técnicos de boa qualidade, que fornecerão aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, o que evitará distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da Contratada.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global**, o Projeto Básico DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos a presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no Quadro abaixo identificado:

RISCO	DEFINIÇÃO	RESPONSABILIDADE
Erros nos quantitativos dos serviços da planilha orçamentária	Subestimativas superiores a 10%	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Contratada
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações.	Alteração nos custos devido à revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Contratante

### 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o **Projeto Básico / documentos técnicos** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART nº 1020230032719)**.

### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil.

### 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

- No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a **Planilha Sintética e a Planilha Analítica**;
- O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias **consta nos autos**;
- Na presente licitação **foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas**.

### 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

### 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

- Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**, ele observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- Em relação ao **cronograma físico-financeiro**, ele prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação **não** foram juntadas as Curvas ABC relativas aos insumos e aos serviços, sob as seguintes justificativas:

- A planilha orçamentária de custos é composta de poucos insumos, sendo assim, não há necessidade em empregar uma Curva ABC, já que essa ferramenta é relativamente frequente quando da existência de orçamentos com grande quantidade de itens e de serviço distintos, o que não se aplica para o caso em tela.

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência **DESONERADOS**, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Administração central: ( ) 1º quartil ou ( X ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Risco: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Despesa financeira: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Lucro: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, **SERÁ adotado o BDI reduzido** sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

- No detalhamento do BDI, foram observadas as diretrizes do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 2013.

- foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- foi adotado o parâmetro do ( ) 1º quartil ou ( x ) médio ou ( ) 3º quartil,

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos

- Por se tratar de um regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Tal exigência cumpre o determinado no inciso II do artigo 62 e inciso I do artigo 67, ambos da lei 14.133 de 01 de abril de 2021;
- Além disso, conforme define o artigo 12 da Resolução nº 218/1973 do CREA, cabe ao profissional de engenharia mecânica o desempenho de atividades referentes a processos mecânicos e máquinas em geral, que é o caso do objeto da contratação pretendida.

### 1. Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

- Atestado de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, com dados e informações suficientes para comprovar que o(s) profissional (is) de nível superior devidamente registrado(s) no CREA, o(s) qual (is) será (ão) o(s) responsável (is) técnico(s) pelos serviços, tenha(m) executado a substituição e instalação de elevadores integrados duplex, com velocidade de operação igual ou superior a 1,5m/s;

- Atestado de Capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com dados e informações suficientes para comprovar que a empresa executou a instalação de pelo menos 01 (um) elevador elétrico de passageiros com pelo menos 12 (doze) paradas, em edificação comercial ou pública;
- Justifica-se exigência dos atestados solicitados nos itens anteriores em razão de a instalação de elevadores exigir bom nível técnico, atendimento às normas existentes e conhecimento especializado. Ademais, a atividade de substituição e instalação de elevadores integrados duplex corresponde à parcela de maior valor significativo.
  - A exigência de até 50% da quantidade de equipamentos que se pretende contratar é devida à complexidade do objeto, tendo em vista as características do edifício, das instalações existentes. Além disso, encontra amparo legal no artigo 67, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021 e no ACÓRDÃO N. 2924/2019 - TCU - PLENÁRIO.

## 2. Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será **ACEITO** o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

## 3. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

- Para o cargo de **Engenheiro Mecânico**: comprovante de registro no conselho competente, demonstrando que é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação, conforme consignado no inciso I do artigo 67 da Lei Lei n.º 14.133/2021.

## 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será **FACULTATIVA** e o licitante **PODERÁ** substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deva prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

A presente licitação **ADMITE** a subcontratação parcial na presente licitação.

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Conforme o art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, no edital de licitação somente são permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;
- De acordo com o art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Assim, entre as hipóteses disponíveis, adota-se escolha do percentual de capital mínimo de 10% (dez por cento), visto que é compatível com a realidade do mercado, é balizada em critérios técnicos e não impede a participação ampla de licitantes.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será **VEDADA** à participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

- A vedação se deve a natureza do objeto, dado os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira. Esses fatores poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Além disso, pode-se verificar que há no mercado, empresas especializadas que, isoladamente, atendem a todos os requisitos de qualificação técnica e econômica exigidos.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será **VEDADA** a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

- Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.  
Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação, sendo assim, deverá ser vedada a participação de cooperativas no certame.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será **EXIGIDA** a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

- Será exigida a garantia da contratação no percentual de 5% do valor contratual, conforme disciplinam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/ 2021 e de acordo com as regras previstas no contrato.  
Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário).

## 21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- Definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;

- Verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- Verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e
- Verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.



Joaquim Paulino da Silva  
*Engenheiro Mecânico*  
CREA 117874/D-MG  
GO80569